

07/04/11



Maria do Rosário Bokéo
Adjunta da Secretária-Geral

Exma. Senhora Secretária-Geral
Conselheira Adelina Sá Carvalho
Largo das Cortes
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

Ofício n.º: **503** Data: 2007-04-10


Á DAPLEN
07/04/11


A Directora de Serviços

Assunto: REQUERIMENTO Nº1159/X/2ª. APRESENTADO PELA SENHORA DEPUTADA MARISA COSTA

Exma. Senhora Secretária-Geral,

Por incumbência do Sr. Presidente do Conselho Directivo da Associação de Municípios da Região de Setúbal vimos prestar as informações solicitadas na sequência do Requerimento nº 1159/X/2.ª – AC da Sr.ª Deputada Marisa Costa.

Como V. Exa. sabe, ao contrário do que é afirmado pela Sra. Deputada Marisa Costa no referido Requerimento, não existem Autarquias deste ou daquele Partido e na AMRS estão, desde a sua criação e já lá vão mais de 20 anos, os 13 Municípios do Distrito independentemente das maiorias que as populações desses concelhos elegeram democraticamente para os governar. O Associativismo Municipal na Região de Setúbal é determinado pela livre vontade dos Municípios de resolverem os seus problemas comuns em conjunto, de definirem colectivamente uma estratégia regional, de poderem ser mais do que a mera soma das partes.

No Requerimento apresentado pela Exma. Sra. Deputada Marisa Costa, consta que a AMRS tem votado a Quinta de S. Paulo ao abandono o que demonstra, no mínimo, desconhecimento relativamente a esta propriedade e à própria Associação.

A Quinta de S. Paulo foi adquirida pelos Municípios do Distrito de Setúbal, através da sua Associação, em 7 de Janeiro de 1986, com um primeiro objectivo, o de preservar toda a sua área e de, criar um espaço que pudesse servir os Municípios e as suas respectivas populações.

A Associação de Municípios da Região de Setúbal reconhece que a Quinta de S. Paulo tem potencialidades ainda não exploradas e os 13 Municípios que a compõem têm vindo a reflectir sobre as soluções e os caminhos a seguir.

A Quinta possui um espaço dedicado à Formação, por onde tem vindo a passar ao longo dos últimos anos centenas de trabalhadores dos Municípios da Região. O mesmo espaço tem também vindo servir para a realização de diversas reuniões que têm permitido aos Municípios trocar experiências, desenvolver projectos conjuntos, dar respostas colectivas aos mais variados problemas que se colocam aos Municípios e às suas populações.


O Encarregado de Serviços


Contribuinte nº 501380574


ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
2301
Gabinete da Secretária-Geral

07/04/11

Proc.º n.º 4
203 103

Relativamente à área florestal, a Associação tem também desenvolvido várias iniciativas. A área da Quinta para além das várias bocas-de-incêndio existentes é vigiada por dois guardas campestres e ultimamente teve mesmo que recorrer ao corte de algumas árvores que por doença e consequente possibilidade de queda poderiam representar perigo para a vida das populações que frequentam o espaço.

A autora do Requerimento demonstrou conhecer o facto da AMRS ter apresentado uma candidatura visando a reflorestação, tal Candidatura foi apresentada no IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento Rural e das Pescas e no INGA- Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola mas, infelizmente não foi aprovada.

Outra questão que importa esclarecer é o facto de, ao contrário do que é afirmado, nunca a AMRS inscreveu nos seus planos de actividades ou orçamentos qualquer rubrica contemplado a recuperação dos Conventos, uma vez que um processo dessa natureza requer técnicos especializados em património e elevadíssimas verbas que nem a Associação, nem os seus associados têm disponíveis. Importa salientar que no âmbito dos Fundos Comunitários, não foi viável a apresentação de uma candidatura tendo em conta as verbas reduzidas para o POC – Programa Operacional da Cultura, na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Aliás, torna-se também imprescindível relembrar que os Municípios têm, ao longo dos anos, vindo a assistir à degradação da sua situação financeira, quadro recentemente agravado com a publicação da Nova Lei das Finanças Locais e que tal facto se reflecte, necessariamente, na sua Associação que, ainda assim, tem tentado contrariar esse facto com um preenchido plano de actividades de interesse regional, reconhecido por todos os Municípios da Região.

Contudo e apesar das crescentes dificuldades a Associação e o seu Conselho Directivo tem continuamente vindo reflectir sobre esta questão e pretendem em articulação com o Parque Natural da Arrábida encontrar soluções quer para a preservação dos Conventos, quer para o melhoramento das condições do parque de merendas e mesmo da limpeza e reflorestação da área da quinta.

Com os meus melhores cumprimentos ,

(Por delegação de assinatura nos termos da decisão do Conselho Directivo de 05/03/2007)

A Secretária-Geral



(Fátima Mourinho)

FMMR